

RELATÓRIO E CONTAS – 2022

CARAM – CENTRO DE ABATE DA REGIÃO AUTÓNOMA DA
MADEIRA, EPERAM



CARAM

C E N T R O D E A B A T E
R E G I ã O A U T Ó N O M A D A M A D E I R A E P E R A M

Março / 2023

Índice

1. Apresentação e enquadramento	4
1.1. Apresentação da Empresa	4
1.2. Missão, Visão e Valores	5
1.3. Órgãos Sociais, Estrutura acionista e Estrutura Organizacional	6
2. Estratégia e objetivos	8
2. 1. Objetivos estratégicos	8
3. Atividade	9
3.1. Enquadramento	9
3.2. Atividades mais relevantes em 2022	10
3.3. Riscos associados à Atividade	11
3.3.1 Internos.....	12
3.3.2 Externos	12
3.4. Situação atual.....	13
4. Plano de investimentos	15
5. Análise Económica - Financeira	17
5. 1. Receitas Operacionais	17
5.2. Gastos Operacionais.....	17
5.3. Recursos Humanos	18
5.4. Fornecimentos e Serviços Externos	19
5.5. Estrutura de Resultados	20
5.6. Endividamento.....	20
5.7. Estrutura patrimonial	21
6. Perspetivas futuras	21
7. Proposta de aplicação de Resultados	22
8. Anexo I.....	23
8.1. Cumprimento das orientações legais.....	23
1. Objetivos de Gestão	26
2. Metas a atingir constantes no PAO 2022,	26
2.1. Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.....	27
3. Gestão do Risco Financeiro.....	28
4. Limites de Crescimento do Endividamento	29
5. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores.....	29

6.	Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”).....	30
7.	Recomendações dos Acionistas- Resultados obtidos	30
8.	Recomendações/ Reservas emitidas na última CLC.....	30
9.	Orientações sobre as Remunerações/honorários	31
9.1.	Assembleia Geral.....	31
9.2.	Conselho de Administração	31
9.3.	Fiscalização	33
9.4.	Auditor Externo.....	34
10.	Aplicação do Artigo 24º-A do Estatuto do Gestor Público da Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, no que se refere, designadamente:	34
10.1.	A não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.	34
10.2.	Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal	34
10.3.	Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.....	34
10.4.	Ao valor das despesas associadas às viaturas de serviço afetas aos gestores públicos	35
11.	Aplicação do disposto no nº 2 do artigo 15º do RJSERAM e do artigo 8º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.	35
12.	Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no nº 1 do artigo 44º do RJSERAM	36
13.	Contratação Pública	36
13.1.	Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2022, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.	36
13.2.	Indicação dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.	36
13.3.	Indicação de quais os atos, ou contratos, celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato, ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).....	36
14.	Medidas de otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas.	37
15.	Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artigo 62º do DLR nº 28-A/2021/M, ORAM 2022)	37
16.	Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	37

17.	Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade.....	37
18.	Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira.....	38
19.	Informação a constar no site de cada empresa do universo do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira	38
8.2.	Demonstrações Financeiras Anuais	40
8.2.1	Balanço.....	41
8.2.2	Demonstração de Resultados.....	42
8.2.3	Demonstração de Fluxos de Caixa	43
8.2.4	Demonstração das Alterações no Património Líquido.....	46
8.2.5	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	47
8.3.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	48
8.4.	Certificação Legal de Contas	49

1. Apresentação e enquadramento

1.1. Apresentação da Empresa

Firma: **CARAM** – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM

Data da Constituição: 2006-03-15 através do DLR nº 6/2006/M de 14 de março

Sede: Sítio dos Rochões – Santo da Serra, 9100-265 Santa Cruz

Capital Social: 4,575,481 Euros

Matriculada na C.R.C de Santa Cruz: NIPC 511 259 085

N.I.P.C.: 511 259 085

Objeto Social: Exploração e gestão da rede pública de abate de animais domésticos das espécies bovina, suína, ovina, caprina, e cunídea e respetivas atividades complementares e ou acessórias, designadamente a refrigeração, a congelação, a desmancha, a armazenagem, a distribuição e a indústria e transformação de carnes.

Códigos da Atividade Económica:

CAE Principal: 10110-R3 - ABATE DE GADO (PRODUÇÃO DE CARNE);

CAE Secundário: 38112-R3 - RECOLHA DE OUTROS RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS

Sucursais da sociedade: Não existem sucursais

1.2. Missão, Visão e Valores

Breve descrição da Atividade: Abate de animais domésticos (espécies bovina, suína, ovina, caprina e cunídea), operações conexas e distribuição de carcaças.

Missão: Assegurar o serviço público de abate de animais domésticos, observando as regras de bem-estar animal e garantindo a segurança alimentar dos produtos produzidos.

Visão: Acrescentar valor à Produção Regional de carne sendo o garante da sua segurança alimentar.

Valores Institucionais:

Ética do Serviço Público – o interesse público em primeiro lugar. Lealdade, imparcialidade, responsabilidade e respeito.

Orientação para o cliente – atendimento competente, eficiente e qualificado, visando a satisfação das necessidades dos utentes e considerando a crescente exigência do serviço público.

Capacidade de Inovação – interiorização da necessidade de melhoria contínua e abertura à introdução de soluções tecnológicas que contribuam para a garantia de qualidade e segurança nos serviços prestados.

Consciência Ambiental – responsabilidade e respeito pelos princípios da sustentabilidade ambiental adotando práticas e procedimentos que minimizam os impactos nefastos deste tipo de Indústria.

Segurança Alimentar – garantia do cumprimento de todas as diretrizes de salubridade aos produtos produzidos e defesa da saúde pública.

Bem-estar Animal – cumprimento integral das regras de respeito e bem-estar dos animais apresentados para abate.

Valorização dos Recursos Humanos – fomentar o desenvolvimento das competências pessoais, comportamentais e profissionais dos colaboradores.

1.3. Órgãos Sociais, Estrutura acionista e Estrutura Organizacional

Conselho de Administração: Nomeação através da Resolução nº 1221/2020 de 21 de dezembro

Presidente: Duarte Nuno Soares Araújo Sol

Vogal: Dércia Maria Vasconcelos Farinha

Vogal: Roberto Nuno Fernandes Silva

Fiscal Único: Nomeação através da Resolução nº 788/2021 de 26 de agosto

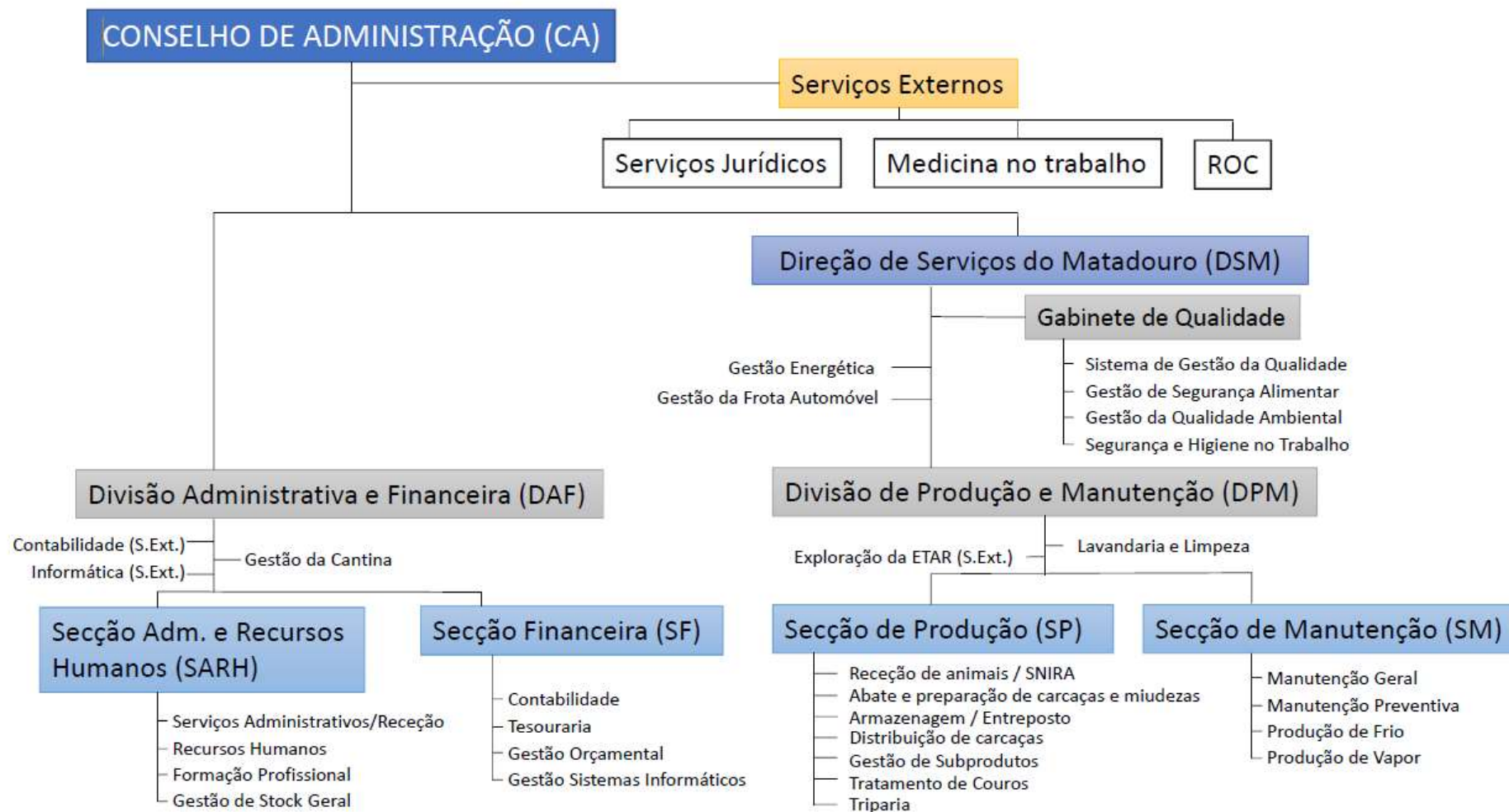
Efetivo: UHY – Oliveira, Branco & Associados, SROC, Lda., inscrita na Ordem de Revisores Oficiais de Contas, com o n.º 164, e ainda na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, com o n.º 202161471;

Suplente: Manuel Luís Fernandes Branco, Revisor Oficial de Contas n.º 652, inscrito na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, com o n.º 20160296;

Acionista: Região Autónoma da Madeira (100%)

Estrutura Organizacional

Organograma do CARAM – Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM



2. Estratégia e objetivos

2. 1. Objetivos estratégicos

Não foram definidos objetivos estratégicos para 2022, uma vez que este se tratou de um ano de arranque.

3. Atividade

3.1. Enquadramento

O CARAM EPERAM tem por missão principal assegurar o serviço público de abate de animais domésticos.

Apesar do evidente interesse público e das claras externalidades positivas que gera esta é uma atividade de negócio que não é devidamente remunerada fazendo com que o preço cobrado aos seus apresentantes não reflita, de todo, os custos totais associados aos serviços prestados. De fato, e apesar das claras mais-valias em termos de saúde pública e de política agropecuária global para a Região, a realidade é que estamos perante um “preço social” cobrado por um serviço público que não reflete os custos efetivos a ele associados.

A existência de “preços sociais”, em contraponto com a existência de preços de mercado, implica, entre outros aspetos, que o CARAM terá de ser devidamente compensado, pelo sócio único, pelas perdas operacionais geradas por essa decisão política.

Face ao exposto a manutenção/estabelecimento de Protocolos de Indeminizações Compensatórias é absolutamente fulcral para fazer face ao diferencial de preço. Esta é uma realidade inultrapassável em face da manutenção das atuais premissas de preço que tornam a atividade operacional obrigatoriamente deficitária face aos atuais níveis de abate.

Os sucessivos Contratos de Indemnizações Compensatórias, realizados anualmente e em sede do ORAM, preveem a compensação financeira ao CARAM, EPERAM pelo diferencial entre o tarifário de mercado e o tarifário em vigor, para os serviços de abate, eliminação de resíduos e transporte de carcaças ao abrigo do estipulado nas Portaria n.º 113/2007 de 30 de Outubro e nº 54/2008 de 5 de Maio

A circunstância deste cálculo se encontrar indexado à variação da quantidade produzida, tem penalizado, de forma bastante significativa, o CARAM EPERAM (a estrutura de custos fixos não varia independentemente da quantidade produzida) ao longo dos últimos anos e o facto de, ano após ano, haver limitações ao seu valor, indexando-o ao valor máximo do contrato assinado no ano anterior, tem adensado ainda mais essa penalização na medida em que empurra os valores a transferir por este mecanismo para montantes abaixo do que efetivamente deveriam ser estabelecidos.

Toda a envolvente que imperou nos últimos anos aponta para um ano de 2023 carregado de incertezas e desafios.

A estrutura tendencialmente deficitária, já referida anteriormente, potencia ainda mais os desafios e dificuldades ao nível, entre outros, da gestão da tesouraria.

As dificuldades atuais, conforme é conhecimento das Tutelas, resultam, fundamentalmente, de três fatores:

1. A atual estrutura de preços que não é alterada desde 2007;
2. O subfinanciamento crónico da atividade do abate;
3. A redução drástica do volume de abates ao longo da última década.

Os reiterados *deficits* de tesouraria do CARAM EPERAM derivam dos factos ora expostos e serão uma realidade previsível para o ano de 2023 caso não haja um ajustamento dos fatores acima referenciados.

3.2. Atividades mais relevantes em 2022

Abate de Animais

O Core-business da CARAM é, naturalmente, o abate de animais domésticos, sector que tem vindo a decrescer, em termos de *trend* mas com honrosas exceções pontuais, nos últimos anos de forma significativa. A procura do mercado interno tem sido suprida recorrendo, de forma crescente através importação de carne refrigerada, ao invés do consumo de carne fresca regional.

Incluídos nesta área de atividade estão a recolha dos animais vivos ao produtor sempre que solicitado e a distribuição do produto do abate em toda a Região o que implica o recurso a viaturas devidamente capacitadas e que cumpram todas as normas de frio e sanitárias, essenciais a este tipo de bem. Neste aspeto é importante relevar a importância dos investimentos para a frota automóvel de distribuição do CARAM previstos para os próximos anos.

Relativamente ao ano em análise, verificamos um aumento nos Kg abatidos de 5,89 %, quando comparado com o ano anterior, embora se tenha verificado uma diminuição de 16,32 % no número de cabeças. (vide quadro em baixo).

	2021	2022	Δ 2022/ 2021 %
N.º de Cabeças:	9,244	7,735	-16.32%
Kgs Abatidos	996,641	1,055,316	5.89%

Esta diminuição esteve relacionada com a diminuição drástica no abate da espécie cunídea, de facto, avaliando os mesmos fatores sem o efeito desta espécie, verifica-se um aumento no número de cabeças abatidas de 10,19 % e nos kg abatidos, na ordem de 6,21 %, tal como podemos ver no quadro em baixo.

	2021 (Sem Coelhos)	2022 (Sem Coelhos)	Δ 2022/ 2021 %
N.º de Cabeças	5,219	5,751	10.19%
Kgs Abatidos	990,282	1,051,811	6.21%

Salga de Couros

A área de negócio dos couros, hoje em clara perda face à conjuntura internacional, consiste, essencialmente na salga e dobra das peles dos bovinos para posterior envio e valorização. No ano de 2021 a comercialização dos couros significou uma receita bruta de apenas € 21.128,72 sendo que em 2022 esse resultado se cifrou em, € 54.901,08 fruto documento das cotações internacionais que influenciaram os preços de transação deste bem.

Refira-se que esta área de negócios teve efeitos práticos muito evidentes numa época de forte contração do volume de abates criando fontes de rendimento alternativas que se revelaram muito importantes para o CARAM. Atualmente, como já referenciado, fruto da pandemia do COVID 19, da instabilidade geopolítica e inerente "arrefecimento" da economia global estas receitas encontram-se reduzidas face ao que já foram no passado.

Tratamento de Subprodutos de Origem Animal

Esta atividade consiste na receção, congelação e expedição, para valorização, de subprodutos de categoria III, (ossos, aparas de carne, gorduras, entre outras), quer de produção própria, quer ainda das provenientes de talhos e de salas de desmancha de toda a Região, bem como restos de pescado proveniente de peixarias e fábricas de transformação de pescado.

Esta área de negócio apresenta várias vantagens, quer para o CARAM, EPERAM, em termos financeiros – em 2022 representou um aporte de € 54.096 em termos de receita – quer para o ambiente na Região Autónoma da Madeira com o reaproveitamento destes subprodutos evitando a sua destruição na Estação de Tratamentos da Meia Serra.

3.3. Riscos associados à Atividade

Os riscos internos e externos associados à atividade do CARAM, e que abaixo melhor se reproduzem, derivam da definição estratégica da Matriz SWOT para o ano 2022.

Matriz SWOT - CARAM



3.3.1 Internos

- Taxas desatualizadas / Desajustadas
- Frota envelhecida e desadequada
- Equipamentos e instalações envelhecidas e desadequadas
- Aproveitamento energético deficitário ou inexistente
- Grande exposição a fatores exógenos

3.3.2 Externos

- Diminuição da produção de animais de carne
- Perda da autonomia operacional e financeira
- Aumento de custos operacionais
- Apoios à importação

3.4. Situação atual

O CARAM, EPERAM., tem por objeto a exploração e gestão da rede pública de abate de animais domésticos das espécies bovina, suína, ovina, caprina e cunídea e respetivas atividades complementares e ou acessórias, designadamente a refrigeração, a congelação, a desmancha, a armazenagem, a distribuição de carnes e a indústria de transformação de carnes.

Investido, legalmente, destas obrigações o CARAM desempenha um serviço publico essencial à adoção de carne fresca ao mercado.

As áreas de negócio onde o CARAM se insere não lhe permitem influenciar o volume de negócio ou a periodicidade do mesmo.

Nomeadamente no que se refere ao seu core business o CARAM não tem qualquer influencia quer a montante quer a jusante sobre o volume de animais apresentados a abate e posteriormente ao mercado regional de consumo de carnes vermelhas. Esta falta de influência acaba por se verificar igualmente nas restantes áreas de negócio do CARAM nomeadamente a salga e venda de couros e a receção de subprodutos para posterior congelamento e expedição.

A falta de capacidade para influenciar o sector agropecuário de produção de animais para consumo humano implica igualmente a ausência de capacidade para influenciar os tempos de ação desse sector obrigando por tal à existência de uma capacidade instalada que tem de estar constantemente pronta para servir o mercado e o seus clientes. Esta disponibilidade permanente tem naturalmente custos elevados obrigando a uma estrutura fixa pesada e naturalmente dispendiosa.

Deficit de exploração

Como é do conhecimento da Tutela, o CARAM tem vindo, desde 2007 e até ao presente, a acumular um deficit de exploração nas suas atividades operacionais.

Com efeito e durante este referido período, o CARAM acumulou um deficit de exploração na ordem dos 2.737.000€ (2 milhões setecentos e trinta e sete mil euros), sendo evidente as implicações na estrutura operacional derivada da circunstância de, desde 2007, não terem sido feitas as atualizações das tabelas de preços do CARAM de acordo com o coeficiente de atualização anual, conforme determina o artigo 2.º da Portaria nº 113/2007, de 30 de outubro.

Tabela de Preços

Sem prejuízo do que antes se disse quanto à inexistência das referenciadas atualizações automáticas, é também certo que a tabela de preços em vigor não sofreu qualquer outra atualização que tenha acautelado e atenuado os elevados e crescentes custos de produção, no sentido de ser

salvaguardada a implementação, ainda que, naturalmente, gradual, de medidas de sustentabilidade da presente atividade de serviço público.

A este respeito, veja-se o que diz o Tribunal de Contas no Relatório N°14/2014-FS/SRMTC do Tribunal de Contas elaborado na sequência da auditoria às contas do CARAM (Relatório N°14/2014-FS/SRMTC).

“(... Ora, não havendo atualização do preço fixado pela SRARN, o valor da indemnização compensatória, ou seja a diferença entre o preço de equilíbrio (resultante da consulta dos preços praticados por outros matadouros a nível nacional) e o efetivamente praticado pela empresa e aprovado pela tutela, é maior...)”

“(.... Pese embora as reiteradas recomendações da SRPF, continua por efetuar a atualização do tarifário da empresa, o que prejudica gravemente a geração de maiores rendimentos para esta empresa pública regional...)”.

Descontos Financeiros

Para melhor se entender a globalidade da questão da tabela de preços cobrados por esta entidade publica empresarial há ainda a acrescentar o impacto negativo do Desconto Financeiro que foi instituído pela Portaria nº 29/2009 de 9 de Março, alterada pela Portaria nº 253/2016 de 4 de junho, isto porque, através deste mecanismo, se impôs a adoção de um desconto de pronto pagamento aos (maiores) apresentantes/utentes desde que estes, entre os outros pressupostos ali melhor definidos, verifiquem um determinado valor mínimo de faturação mensal que ali está também melhor fixado.

A este propósito refere o Relatório N°14/2014-FS/SRMTC:

“(...Este desconto é inteiramente suportado pela entidade empresarial, não entrando em linha de conta para o cálculo das Indemnizações Compensatórias

4. Plano de investimentos

Quadro – Investimentos

Unid €

Investimentos	2022	2021	Δ
			2021/2022
Projeto 50129 - Equilíbrio Financeiro Dexia	541,666.52 €	541,666.68 €	-0.16 €
Projeto 52411 - Projeto Novo Matadouro	165,764.45 €		165,764.45 €
Beneficiação Equipamentos/Instalação	4,209.00 €	2,416.56 €	1,792.44 €
Equipamento Manutenção		4,526.81 €	-4,526.81 €
Equipamento Proteção Especial		3,170.10 €	-3,170.10 €
Equipamentos Produção	2,928.00 €	3,023.76 €	-95.76 €
Estudos e Projetos		48,159.80 €	-48,159.80 €
Medidas de Autoproteção	415.53 €	9,577.00 €	-9,161.47 €
Modernização Administrativa		9,729.17 €	-9,729.17 €
Renovação Equipamentos Existentes		106,528.68 €	-106,528.68 €
Total	714,983.50 €	728,798.56 €	- 13,815.06 €

Para além dos investimentos previstos nos projetos identificados no quadro acima, o CARAM tem efetuado investimentos nas várias áreas identificadas, nos montantes aí explanados.

Estes investimentos têm sido efetuados através do Orçamento privativo do CARAM, mais concretamente do seu orçamento de funcionamento, não tendo sido alvo de nenhum outro mecanismo de apoio.

Quadro - Financiamento dos investimentos

Unid €

	2022	2021	Δ	
				2021/2022
Investimentos c/IVA	714,983.50 €	728,798.56 €	-	13,815.06 €
Fontes de Financiamento				
381	165,764.45 €	10,872.88 €		154,891.57 €
388		515.99 €	-	515.99 €
513	2,379.00 €	35,247.91 €	-	32,868.91 €
522		90,431.49 €	-	90,431.49 €
712	541,666.52 €	541,666.68 €	-	0.16 €
381; 513	1,830.00 €			1,830.00 €
381; 388; 513		22,509.00 €	-	22,509.00 €
381; 513; 522	2,928.00 €	21,990.80 €	-	19,062.80 €
381; 522	415.53 €	1,037.00 €	-	621.47 €
388; 513		4,526.81 €	-	4,526.81 €

5. Análise Económica - Financeira

5. 1. Receitas Operacionais

Quadro – Principais Receitas operacionais

Unid. €

Receitas Operacionais	2022	2021	Δ 2021/2022
Vendas e serviços prestados	462,245.68 €	428,471.35 €	33,774.33 €
Subsídios à exploração	354,968.00 €	425,000.00 €	-70,032.00 €
Outros Rendimentos	19,731.48 €	1,995.30 €	17,736.18 €
Total	836,945.16 €	855,466.65 €	-18,521.49 €

No decorrer do ano de 2022, verificou-se um aumento das receitas operacionais nas rubricas de Vendas e Serviços prestados (33.774,33€) e em outros rendimentos (17.736,18€). Esta tendência foi, no entanto, revertida na totalidade das receitas operacionais por conta da diminuição do valor das indemnizações compensatórias (70.032,00€), resultado de uma diminuição das receitas operacionais de 18.521,49 €.

5.2. Gastos Operacionais

Quadro – Principais Gastos operacionais

Unid €

Gastos Operacionais	2022	2021	Δ 2021/2022
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	42,314.20 €	22,784.08 €	19,530.12 €
Fornecimentos e serviços externos	393,536.28 €	357,446.63 €	36,089.65 €
Gastos com o pessoal	892,771.10 €	904,547.81 €	-11,776.71 €
Total	1,328,621.58 €	1,284,778.52 €	43,843.06 €

Nos gastos operacionais verificou-se um aumento de 43.843,06 €. Este aumento está relacionado com o aumento generalizado dos preços verificado em 2022.

De realçar, no entanto a diminuição das despesas com o pessoal verificada, que esteve relacionada com diversas saídas, nomeadamente aposentação.

5.3. Recursos Humanos

Quadro – Recursos Humanos

Unid €

Recursos Humanos	2022	2021	Δ	
			2021/2022	
a) Gastos com Orgãos Sociais	165,198.03 €	166,357.01 €	-	1,158.98 €
b) Gastos com cargos de Direção	34,230.34 €	11,077.38 €		23,152.96 €
c) Vencimento do pessoal	511,146.13 €	536,224.95 €	-	25,078.82 €
(i) Vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	456,387.36 €	477,036.30 €	-	20,648.94 €
(ii) Outros subsídios	54,758.77 €	59,188.65 €	-	4,429.88 €
(iii) Valorizações Remuneratórias	- €	- €		- €
d) Benefícios pós-emprego	128.31 €			128.31 €
e) Ajudas de Custo	9,205.12 €	6,647.89 €		2,557.23 €
f) Restantes Encargos dos quais formação profissional	172,676.06 €	184,240.58 €	-	11,564.52 €
g) Rescisões/indeminizações	187.11 €	- €		187.11 €
Total Gastos totais com pessoal= (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	892,771.10 €	904,547.81 €	-	11,776.71 €
Designação				
Nº Total Recursos Humanos (O. S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	48	49		
Nº Orgãos Sociais (O.S) (número)	3	3		
Nº Cargo de direção sem O.S. (número)	2	2		
Nº trabalhadores sem O.S e sem cargos Direção (número)	43	44		

Como já referido, no decorrer de 2022, ocorreram saídas e entradas de vários trabalhadores. As saídas foram substituídas por trabalhadores cuja remuneração é menor por conta do enquadramento no início da carreira, provocando assim uma poupança de 11.776,71 €.

5.4. Fornecimentos e Serviços Externos

Quadro - Fornecimentos e Serviços Externos

Unid €

Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2021	Δ 2021/2022
Trabalhos especializados	86,871.39 €	89,875.56 €	-3,004.17 €
Publicidade, comunicação e imagem		674.65 €	-674.65 €
Honorários	18,343.32 €	12,973.11 €	5,370.21 €
Comissões	3.12 €	109.36 €	-106.24 €
Conservação e reparação	25,715.98 €	28,076.66 €	-2,360.68 €
Outros serviços especializados	6.24 €	- €	6.24 €
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	33,646.18 €	31,154.72 €	2,491.46 €
Material de escritório	2,652.81 €	1,202.35 €	1,450.46 €
Eletricidade	71,053.09 €	58,715.57 €	12,337.52 €
Combustíveis e lubrificantes	77,235.08 €	61,769.20 €	15,465.88 €
Água	23,502.92 €	23,325.30 €	177.62 €
Outros (Energia e Fluidos)	2,439.36 €	2,432.78 €	6.58 €
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	5,961.24 €	6,510.98 €	-549.74 €
Rendas e alugueres	3,948.30 €	6,948.45 €	-3,000.15 €
Comunicações	2,609.46 €	2,498.47 €	110.99 €
Seguros	9,857.88 €	8,696.46 €	1,161.42 €
Contencioso e notariado	295.00 €	690.00 €	-395.00 €
Despesas de representação dos serviços	70.00 €	19.70 €	50.30 €
Limpeza, higiene e conforto	15,333.70 €	8,932.18 €	6,401.52 €
Outros serviços	13,991.21 €	12,841.13 €	1,150.08 €
Total	393,536.28 €	357,446.63 €	36,089.65 €

Como podemos observar no quadro acima, os aumentos mais significativos foram nas rubricas dos consumos energéticos (*Eletricidade* e *Combustíveis e Lubrificantes*), na ordem de 27.803.40 €, quando comparado com o ano anterior. De realçar também o aumento de 6.401,52 € na rubrica de *Limpeza Higiene e Conforto*, que foi provocado pelo aumento drástico dos produtos de higienização, necessários para a limpeza e desinfeção das instalações

5.5. Estrutura de Resultados

Quadro - Estrutura de Resultados

Unid €

Demonstração dos Resultados	2022	2021	Δ 2021/2022
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	-534,663.25 €	-482,000.71 €	-52,662.54 €
Resultado Operacional/ Resultado antes de Imposto	-717,846.35 €	-636,500.69 €	-81,345.66 €
Resultado Líquido do Período	-702,950.89 €	-621,611.08 €	-81,339.81 €

O Resultado Líquido do Período de 2022, foi de -702.950,89 €, sofrendo um agravamento de 81.339,81 €, quando comparado com 2021. Retirando o efeito da diminuição das Indemnizações compensatórias (-70.032,00 €), este quedar-se-ia pelo agravamento de apenas 11.307,81 €.

5.6. Endividamento

Em 2022 o CARAM efetuou a amortização total do EMLP que detinha com o Dexia Credit Local, S.A., atingindo o endividamento zero.

5.7. Estrutura patrimonial

Quadro – Estrutura Patrimonial

Unid €

Balanço	2022	2021	Δ 2021/2022
Ativo			
Ativo não corrente	6,349,881.45 €	6,347,991.33 €	1,890.12 €
Ativo corrente	401,763.30 €	830,633.94 €	-428,870.64 €
Total Ativo	6,751,644.75 €	7,178,625.27 €	-426,980.52 €
Património Líquido			
Património/Capital	4,575,481.00 €	3,964,267.00 €	611,214.00 €
Resultados Transitados	-7,509,001.47 €	-6,988,332.40 €	-520,669.07 €
Outras variações no Património Líquido	9,060,383.75 €	9,021,603.24 €	38,780.51 €
Resultado Líquido do Período	-702,950.89 €	-621,611.08 €	-81,339.81 €
Total do Património Líquido	5,423,912.39 €	5,375,926.76 €	47,985.63 €
Passivo			
Passivo não corrente	884,994.70 €	983,996.96 €	-99,002.26 €
Passivo corrente	442,737.66 €	818,701.55 €	-375,963.89 €
Total do Passivo	1,327,732.36 €	1,802,698.51 €	-474,966.15 €
Total do Património Líquido e Passivo	6,751,644.75 €	7,178,625.27 €	-426,980.52 €

A estrutura patrimonial desta entidade sofreu uma diminuição de 426.980,52 € em muito influenciada pela amortização do EMLP.

6. Perspetivas futuras

O Conselho de Administração do CARAM foi incumbido, pela tutela acionista, de delinear um Plano de Reequilíbrio Operacional e Financeiro que servirá de apoio à decisão política sobre o futuro desta entidade pública.

O documento que se encontra a ser elaborado visa ir de encontro à necessidade urgente encontrar soluções para mitigar a dependência desta entidade do Orçamento da Região sem colocar em causa o cumprimento do Serviço Público que lhe está acometido.

Para o ano de 2023, a tabela de taxas deverá ser atualizada de acordo com o IPC sem habitação, fixado nos 7,09%, o que deverá gerar um acréscimo de receita própria para esta entidade, não sendo,

no entanto esta medida bastante para reverter a situação de dependência financeira em que a mesma se encontra.

7. Proposta de aplicação de Resultados

Propõe-se a transferência do Resultado Líquido do Período para a conta Resultados Transitados.

8. Anexo I

8.1. Cumprimento das orientações legais

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2022	CUMPRIMENTO (S/N/N.A.)	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERENCIA AO PONTO DO RELATORIO
Objetivos de Gestão	N.A.	-	2
Metas a atingir constantes no PAO 2022	N.A.	-	2
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Despesa 85% Receita 90%	Anexo I - Ponto 2.1
Gestão do Risco Financeiro	S		Anexo I - Ponto 3
Limites de Crescimento do Endividamento	S		Anexo I - Ponto 4
Evolução do PMP a fornecedores	S		Anexo I - Ponto 6
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S		Anexo I - Ponto 6
Recomendações dos Acionistas na última aprovação de contas - Resultados obtidos	S		Anexo I - Ponto 7
Recomendações/Reservas emitidas na última CLC	S		Anexo I - Ponto 8
Orientações sobre as Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	N.A.		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	S		Anexo I - Ponto 9.2 – Quadro 16
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		Anexo I - Ponto 9.3

Auditor Externo – redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		Anexo I - Ponto 9.4
Aplicação do artigo 24."-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira			
Não utilização de cartões de crédito	S		Anexo I - Ponto 10.1
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Anexo I - Ponto 10.2
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Anexo I - Ponto 10.3
Valor máximo de despesas associadas às viaturas de serviço.	S		Anexo I - Ponto 10.4
Despesas não documentadas ou confidenciais -nº 2 do artigo 15º do RJSERAM e do artigo 8º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Anexo I - Ponto 11
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		Anexo I - Ponto 12
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		Anexo I - Ponto 13.1
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Anexo I - Ponto 13.3
Medidas de otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Anexo I – Quadro 28

Contratação Pareceres, de Estudos, Projetos e Consultoria (artigo 62º do DLR nº 28-A/2021/M, ORAM 2022)	S		Anexo I - Ponto 15
Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	N.A.		Anexo I - Ponto 16
Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade, conforme determina o artigo 48º do RJSERAM Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – nº 2 da RCM nº 18/2014	S		Anexo I - Ponto 17
Elaboração e divulgação da Demonstração não Financeira	S		Anexo I - Ponto 18
Informação a constar no site do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira	S		Anexo I - Ponto 19

1. Objetivos de Gestão

Não foram definidos os objetivos de gestão para o período em análise

2. Metas a atingir constantes no PAO 2022,

Não foi definido o PAO para 2022.

2.1. Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE				
Agrupamento	Ano 2022		Diferença	Realização
	Aprovado/Corrigido	Realizado	Valor	%
Receitas				
R04 - Taxas, multas e outras penalidades	420,000.00 €	391,927.40 €	-28,072.60 €	93%
R06 - Transferências correntes	524,790.00 €	354,968.00 €	-169,822.00 €	68%
R07 - Venda de bens e serviços correntes	222,700.00 €	173,388.46 €	-49,311.54 €	78%
R08 - Outras receitas correntes	9,916.00 €	7,473.18 €	-2,442.82 €	75%
Subtotal Receitas Correntes	1,177,406.00 €	927,757.04 €	-249,648.96 €	79%
R10 - Transferências de capital	548,991.00 €	548,990.63 €	-0.37 €	100%
R11 - Ativos financeiros	611,214.00 €	611,214.00 €	0.00 €	100%
R15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	1,737.00 €	1,753.19 €	16.19 €	101%
R16 - Saldo da Gerência anterior	123,050.00 €	123,049.40 €	-0.60 €	100%
Subtotal Receitas de Capital	1,284,992.00 €	1,285,007.22 €	15.22 €	100%
Total Receitas	2,462,398.00 €	2,212,764.26 €	-249,633.74 €	90%
Despesas				
D01 - Despesas com o pessoal	1,001,558.00 €	900,026.28 €	-101,531.72 €	90%
D02 - Aquisição de Bens e Serviços	797,891.00 €	547,165.17 €	-250,725.83 €	69%
D03 - Juros e outros encargos	1,446.00 €	0.00 €	-1,446.00 €	0%
D05 - Subsídios	9,916.00 €	8,997.12 €	-918.88 €	91%
D06 - Outras despesas correntes	102,596.00 €	92,794.88 €	-9,801.12 €	90%
Subtotal despesas correntes	1,913,407.00 €	1,548,983.45 €	-364,423.55 €	81%
D07 - Aquisição de Bens de Capital	7,324.00 €	0.00 €	-7,324.00 €	0%
D10 - Passivos financeiros	541,667.00 €	541,666.52 €	-0.48 €	100%
Subtotal Despesas de Capital	548,991.00 €	541,666.52 €	-7,324.48 €	99%
Total Despesas	2,462,398.00 €	2,090,649.97 €	-7,324.96 €	85%

3. Gestão do Risco Financeiro

Quadro 8 – Gestão do Risco Financeiro

Gestão do Risco Financeiro	Cumprido (S/N/N.A.)	Descrição
<p>Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diversificação de instrumentos de financiamento - Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis - Diversificação de entidades credoras - Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado. 	N.A.	
<p>Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis - Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação - Minimização da prestação de garantias reais - Minimização de cláusulas restritivas (covenants) 	N.A.	
<p>Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adoção de políticas que minimizem a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos - Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, que beneficiam de Fundos Comunitários e de Capital Próprio - Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento 	N.A.	
<p>Inclusão nos R&C</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descrição da evolução da taxa média de financiamento nos últimos 5 anos 	S	Quadro 9

- Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos. - Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro.		
Reflexão nas DF 2021 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	N.A.	

Quadro 9 – Gestão do Risco Financeiro

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos financeiros (€)	- €	- €	- €	- €	- €
Taxa média de financiamento (%)	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

Não foram pagos quaisquer juros nos últimos anos pelo EMLP detido pelo CARAM junto do Dexia Credit Local. As amortizações efetuadas foram todas unicamente de Capital, uma vez que a taxa indexante (EURIBOR a 6M) era negativa.

4. Limites de Crescimento do Endividamento

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 26.º do RJSERAM (DLR n.º1512021/M, de 30 de junho): "Podem, ainda, ser fixadas, mediante decisão do titular da função acionista, normas em matéria de endividamento para cada exercício económico"

O CARAM, a 31/12/2022, não detém quaisquer empréstimos.

5. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

Quadro 10 - Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

PMP a fornecedores	2022	2021	Variação 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	51	1	50	98.04%

O aumento considerável neste indicador, prendeu-se com o facto de ter transitado uma fatura da Agropromotora Internacional, S.A., no valor de 165 764,45 € cujo pagamento dependia da receção da respetiva verba por parte do Governo Regional, ao abrigo do Contrato Programa assinado no

âmbito do Projeto PIDDAR nº 42411. Esta verba não foi transferida, inviabilizando o respetivo pagamento ao fornecedor.

6. Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)

Quadro 11 - Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)

Dívidas vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com art. 1º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aquis. de Bens e Serviços	- €	- €	- €	- €	- €	
Aquis. de Capital	165,764.45 €	- €	- €	- €	- €	
Total	165,764.45 €	- €	- €	- €	- €	

O CARAM tem por norma interna efetuar o máximo de pagamentos possíveis no final do ano, de forma a não entrar no âmbito das normas relativas às entidades com pagamentos em atraso.

7. Recomendações dos Acionistas- Resultados obtidos

A prestação de contas do CARAM, referente a 2021, foi aprovada a 12/04/2022, através de Despacho Conjunto dos Exmos. Srs. Secretário Regional das Finanças e Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Mais se determinou neste Despacho que o resultado negativo, no montante de 621.611,08 € (seiscentos e vinte e um, seiscentos e onze euros e oito cêntimos), fosse integralmente transferido para Resultados Transitados, conforme proposto pelo CA do CARAM. Tal determinação foi cumprida de imediato.

8. Recomendações/ Reservas emitidas na última CLC

Na Certificação Legal das Contas do CARAM referente a 2021, esta entidade foi alvo de uma Reserva:

“Dada a inexistência de uma avaliação externa e independente dos imóveis, não nos é possível pronunciar sobre o valor dos Ativos Fixos Tangíveis mostrados no balanço pelo montante de 6.342.841 euros.”

O CARAM realizou uma avaliação inicial de todo o seu imobilizado em 2007. Esta avaliação sofreu uma revisão em 2010. Todos estes ativos têm sido depreciados de acordo com a legislação aplicável

em vigor. Dada a débil situação financeira do CARAM, todos os seus recursos financeiros têm sido direcionados para a operação.

Neste momento o CA do CARAM têm vindo a desenvolver esforços junto da Direção Regional do Património para a regularização formal do terreno e respetivo edifício que servem de sede a esta entidade Pública.

9. Orientações sobre as Remunerações/honorários

9.1. Assembleia Geral

O CARAM não tem Assembleia Geral

9.2. Conselho de Administração

Quadro 13 – Conselho de Administração – Composição

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)				Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de origem	Entidade Pagadora	Identificação da data de autorização e Forma	
2021-2023	Presidente	Duarte Nuno Soares Araújo Sol	Resolução nº 1221/2020	21/12/2020	Não	IEM, IP-RAM	CARAM	-	3*
2021-2023	Vogal	Dércia Maria Vasconcelos Farinha	Resolução nº 1221/2020	21/12/2020	Não	CARAM	CARAM	-	1
2021-2023	Vogal	Roberto Nuno Fernandes Silva	Resolução nº 1221/2020	21/12/2020	Não	Externa	CARAM	-	1

(*) Dois mandatos como Vogal e um como Presidente

Quadro 14 – Conselho de Administração – acumulação de funções

Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Identificação da data, autorização e forma
	[Identificar]	[Identificar]	[Público / Privado]	AG/DUE/D
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Roberto Nuno Fernandes Silva	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

AG-Assembleia Geral; DUE-Deliberação Social Unanime por escrito/D-Despacho

Nenhum membro do CA do CARAM acumula funções com outras entidades.

Quadro 15 – Conselho de Administração – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	S	C	3,382.95 €	1,337.10 €
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	S	C	2,783.56 €	1,113.42 €
Roberto Nuno Fernandes Silva	S	C	2,783.56 €	1,113.42 €

Quadro 16 – Conselho de Administração – Remunerações

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	63,523.31 €	- €	63,523.31 €	2,368.07 €	61,155.24 €
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	52,330.88 €	- €	52,330.88 €	1,948.52 €	50,382.36 €
Roberto Nuno Fernandes Silva	52,330.88 €	- €	52,330.88 €	1,948.52 €	50,382.36 €
			168,185.07 €	6,265.11 €	161,919.96 €

Notas:

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem redução remuneratória)

(4) Redução prevista no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Quadro 17 – Conselho de Administração – benefícios sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
Nome	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	5.20 €	1,089.51 €	CGA	14,542.51 €	- €	- €	-	-
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	5.20 €	1,094.28 €	Seg. Social	11,965.84 €	- €	- €	-	-
Roberto Nuno Fernandes Silva	5.20 €	1,094.28 €	Seg. Social	11,965.84 €	- €	- €	-	-
		3,278.07 €		38,474.19 €	- €	- €	-	-

Quadro 18 – Conselho de Administração – Encargos com Viaturas

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade '(1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(Nº)
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	S	N	- €	Propriedade do CARAM	2021	2023	0	0	0
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Roberto Nuno Fernandes Silva	N	-	-	-	-	-	-	-	-

O Presidente do CA tem atribuída uma viatura da Marca VW que é propriedade do CARAM (adquirida em 2007).

Quadro 19 – Conselho de Administração – Deslocações

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor	
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	- €	- €	- €	-	- €	- €
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	- €	- €	- €	-	- €	- €
Roberto Nuno Fernandes Silva	- €	- €	- €	-	- €	- €
						- €

Não ocorreram quaisquer deslocações em serviço por parte do CA do CARAM

9.3. Fiscalização

Conselho Fiscal

O CARAM não tem Conselho Fiscal

Revisor Oficial de Contas

Quadro 22 – Revisor Oficial de Contas – Identificação

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de Anos de Funções Exercidas no Grupo	Nº de Anos de Funções Exercidas na Sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº de Registo CMM	Forma (1)	Data do Contrato		
2021-2022	Fiscal Único Efetivo	UHY – Oliveira, Branco & Associados, SROC, Lda	164	202161471	Resolução nº 788/2021	26/08/2021	-	-
2021-2022	Fiscal Único Suplente	Manuel Luis Fernandes Branco	652	20160296	Resolução nº 788/2021	26/08/2021	-	-

Quadro 23 – Revisor Oficial de Contas – remuneração

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços -2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
UHY – Oliveira, Branco & Associados, SROC, Lda	6,240.00 €	- €	6,240.00 €	-	- €	- €	- €

9.4. Auditor Externo

O CARAM não tem Auditor Externo

10. Aplicação do Artigo 24º-A do Estatuto do Gestor Público da Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, no que se refere, designadamente:

10.1. A não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

O CARAM não dispõe de quaisquer meios de pagamento desta natureza.

10.2. Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

O CARAM não procede ao reembolso de quaisquer despesas desta natureza.

10.3. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

O CARAM tem à disposição de cada um dos membros do CA um cartão de comunicações móveis.

Quadro 26 – Conselho de Administração – Gastos com comunicações

Membro do CA	Gastos com comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	9.005 €	108.06 €	
Dércia Maria Vasconcelos Farinha	9.005 €	108.06 €	
Roberto Nuno Fernandes Silva	- €	- €	
		216.12 €	

10.4. Ao valor das despesas associadas às viaturas de serviço afetas aos gestores públicos

Como já foi exposto no Quadro 18, o CARAM dispõe de uma viatura da marca VW, adquirida em 2007, que se encontra ao dispor do Presidente do CA. De salientar que esta viatura tem um valor patrimonial líquido de 0,00 € (zero euros) uma vez que pela sua idade já se encontra totalmente depreciada.

Quadro 27 – Conselho de Administração – Gastos associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)	
		Combustível	Observações
Duarte Nuno Soares Araújo Sol	150 litros	2,042.06 €	Valor s/IVA
		2,042.06 €	

11. Aplicação do disposto no nº 2 do artigo 15º do RJSERAM e do artigo 8º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

O CARAM não tem quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

12. Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no nº 1 do artigo 44º do RJSERAM

Os Relatórios Anuais sobre a prevenção da corrupção, assim como o respetivo Plano encontram-se disponíveis no site do CARAM, no endereço web: www.caram.pt

13. Contratação Pública

- 13.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2022, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.

O CARAM aplica o Código dos Contratos Públicos (CCP) em todas as suas compras.

- 13.2. Indicação dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.

Os procedimentos internos de aquisição coincidem com o CCP, e apenas o CA tem poder para autorizar toda e qualquer despesa.

- 13.3. Indicação de quais os atos, ou contratos, celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato, ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O CARAM não tem contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

14. Medidas de otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas

Quadro 28 – Cálculo da eficiência operacional

Cálculo da eficiência operacional							
Valores em euros	2023 Prev	2022 Exec.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2023/2022	
						Δ Absol.	Var. %
(1) Vendas e serviços prestados	635,369.44 €	462,245.68 €	428,471.35 €	464,352.29 €	531,529.36 €	173,123.76 €	27.25%
(2) Subsídios à exploração	354,968.00 €	354,968.00 €	425,000.00 €	425,000.00 €	425,000.00 €	0.00 €	0.00%
(3) Volume de negócios (VN) = (1) + (2)	990,337.44 €	817,213.68 €	853,471.35 €	889,352.29 €	956,529.36 €	173,123.76 €	17.48%
(4) CMMMC	32,786.89 €	42,314.20 €	22,784.08 €	47,581.32 €	76,105.33 €	-9,527.31 €	-29.06%
(5) FSE	460,168.03 €	393,536.28 €	357,446.63 €	364,814.38 €	372,485.31 €	66,631.75 €	14.48%
(6) Gastos com o pessoal	993,301.00 €	892,771.10 €	904,547.81 €	801,337.32 €	725,907.41 €	100,529.90 €	10.12%
(7) Gastos operacionais (GO) = (4) + (5) + (6)	1,486,255.92 €	1,328,621.58 €	1,284,778.52 €	1,213,733.02 €	1,174,498.05 €	157,634.34 €	10.61%
(8) GO/VN = (7) / (3)	150.08%	162.58%	150.54%	136.47%	122.79%	-12.50%	-8.33%
(9) EBITDA recorrente: (3) - (7)	-495,918.48 €	-511,407.90 €	-431,307.17 €	-324,380.73 €	-217,968.69 €	15,489.42 €	-3.12%

15. Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artigo 62º do DLR nº 28-A/2021/M, ORAM 2022)

A única contratação neste âmbito ocorrida nesta rubrica foi a adjudicação da Elaboração do Projeto do novo Matadouro, alvo das respetivas autorizações prévias por parte das tutelas.

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

O CARAM não foi alvo de qualquer Auditoria por parte do Tribunal de Contas nos últimos 3 anos de atividade.

17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

Em cumprimento do disposto do nº 2 do Artigo 48º do RJSERAM, o CARAM, nomeou em 2022 a Comissão para a Promoção da Igualdade entre Géneros, que desenvolverá esforços para a elaboração do Plano de Promoção da Igualdade entre Géneros, no CARAM.

Relativamente às remunerações pagas aos seus colaboradores, estas são processadas de acordo com o Anexo I do Regulamento de Carreiras, aprovado pelo CA a 14 de julho de 2021, não fazendo qualquer discriminação de sexo.

18. Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira

Este documento encontra-se em elaboração de acordo com a Circular nº 2/SRF/UT/2023.

19. Informação a constar no site de cada empresa do universo do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira

Quadro 29- Informações a constar no site da empresa

Informações a constar no Site da empresa	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Orientações estratégicas	N.A.		
Orientações setoriais	N.A.		
Orientações que compreendem a aprovação de critérios de determinação do vencimento, benefícios e regalias dos gestores públicos, bem como a definição de indicadores para a classificação das empresas públicas regionais, que vinculam o representante da Região nas deliberações dos sócios	N		
Composição da sua estrutura societária	S	2011	
Identificação das participações sociais que detêm	N.A.		
Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	N.A.		
Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	N.A.		
Grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	N.A.		
Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	N		Em atualização
Orçamento anual e plurianual	N		Em atualização

Documentos anuais de prestação de contas	N		Em atualização
Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	N		Em atualização
Identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	N		Em atualização
Relatório de Sustentabilidade	N.A.		
Relatórios Anuais de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de factos mencionados na alínea a) do nº 1 do artigo 2º da Lei nº 54/2008, de 4 de setembro	S	2022	
Código de ética	N		Em atualização
Obrigações de serviço público a que está sujeita e termos contratuais da prestação de serviço público	N		Em atualização
Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos da Região nos últimos três exercícios	N		Em atualização
Estatutos	N		Em atualização
Informação Financeira histórica e atual	N		Em atualização
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2021	Regulamento de Carreiras

8.2. Demonstrações Financeiras Anuais

8.2.1 Balanço

8.2.2 Demonstração de Resultados

8.2.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

SNC-AP

DEZEMBRO 2022

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		123 257,34	123 049,40
De execução orçamental		122 113,61	123 049,40
De operações de tesouraria		1 143,53	
O valor no final do período diverge da soma dos restantes valores.			

8.2.4 Demonstração das Alterações no Património Líquido

8.2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras

8.3. Relatório e Parecer do Fiscal Único

8.4. Certificação Legal de Contas